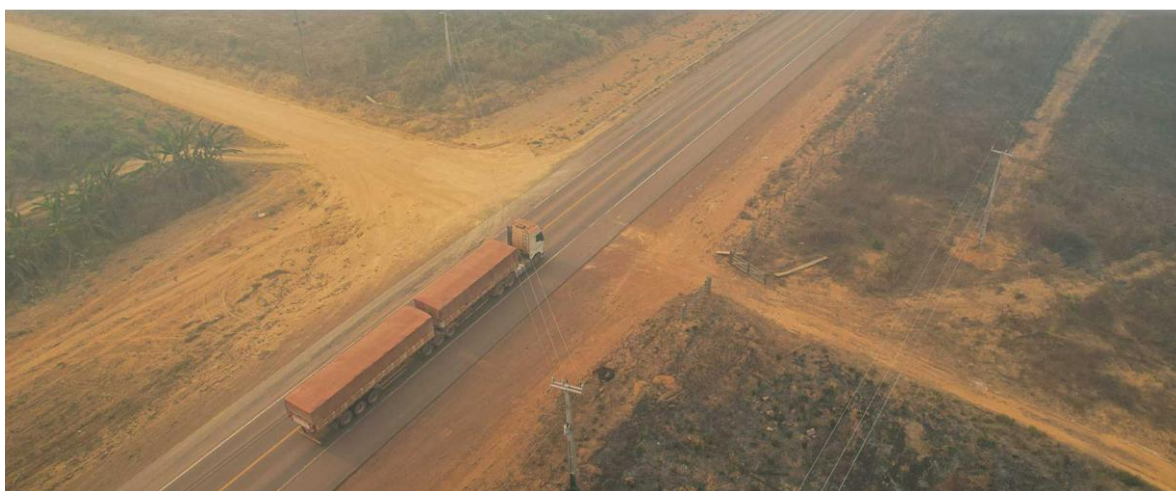


<https://amazoniareal.com.br/por-que-os-desmatadores-investem-em-destruir-a-floresta-amazonica-2-tendencias-historicas-do-desmatamento/>



Por que os desmatadores investem em destruir a floresta amazônica – 2: tendências históricas do desmatamento

O desmatamento na Amazônia convive com flutuações de quedas e crescimentos. Em texto desta série, autores analisam as causas das flutuações na dinâmica do desmatamento na Amazônia ao longo da história.



Caminhão com soja atravessa a BR-163, em Novo Progresso, PA, em meio a fumaça das queimadas em área desmatada (Fotos: Alberto César Araújo/Amazônia Real/2024).



Publicado em: 20/07/2026 às 13:55 Por [Philip Martin Fearnside](#) da Amazônia Real

Por Pedro Gandolfo Soares, Philip Martin Fearnside e Gerd Sparovek

Na década de 1990, o desmatamento foi impulsionado por questões políticas e econômicas nacionais, como a hiperinflação que fez da compra de terras um meio de proteger o valor do dinheiro, alimentando a especulação imobiliária. Com o Plano Real de junho de 1994, o “overnight” (um certificado de depósito de 24 horas que servia para minimizar o efeito da inflação) terminou, liberando volumosos recursos que foram então investidos no desmatamento, contribuindo para o pico de desmatamento em 1995 [1]. Com a inflação controlada, os preços da terra caíram significativamente, inclusive nas áreas de fronteira do

desmatamento, tornando a especulação imobiliária menos atrativa e reduzindo as taxas de desmatamento na Amazônia em 1996 e 1997 [2]. A subsequente recuperação econômica do país com o Plano Real aumentou as taxas de desmatamento na Amazônia de 1998 a 2004 [1, 3]

Entre 2004 e 2012, o Brasil testemunhou o esforço mais significativo de sua história para combater o desmatamento. Durante esse período, houve uma redução de 80% na taxa anual de desmatamento na área da floresta amazônica brasileira (de 27.700 km² para 4.500 km²). Após 2012, mudanças em políticas nacionais importantes e no cenário político do país levaram a um aumento consistente nas taxas anuais de desmatamento na Amazônia, atingindo um pico de 13.000 km² em 2021 [4]. O desmatamento diminuiu 11,1% em 2022, 22,4% em 2023, de 30,6% em 2024, e de 11,1% em 2025 segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os anos para essas estimativas de desmatamento vão de agosto de um ano a julho do ano seguinte; por exemplo, a estimativa de 2024 representa o desmatamento ocorrido entre 1º de agosto de 2023 e 31 de julho de 2024.

Mas quais foram as causas dessas flutuações na dinâmica do desmatamento na Amazônia brasileira? Nossa revisão bibliográfica indicou que, de 2004 a 2008, as quedas significativas nas taxas de desmatamento foram explicadas principalmente pela queda nos preços das commodities no Brasil, incluindo um forte efeito da desvalorização do real brasileiro em relação ao dólar americano, que caiu aproximadamente pela metade nesse período, tornando as exportações muito menos lucrativas [5]. A queda nas taxas de desmatamento de 2008 a 2012 decorreu de medidas como a resolução do Banco Central do Brasil que limitou o acesso ao crédito rural subsidiado a imóveis rurais sem pendências de multas ambientais e que não estavam localizadas em municípios com alta incidência de desmatamento ilegal (Resolução BCB 3.545/2008) e o fortalecimento do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) [6]. Usamos o termo “posses fundiárias” em vez de “propriedades” para não dar a entender que o detentor possui o título legal da terra, o que muitas vezes não é o caso.

Após 2012, houve um novo aumento no desmatamento na Amazônia que foi estimulado por mudanças como o desmantelamento do Código Florestal Brasileiro apoiado pelo forte lobby “ruralista” no Congresso Nacional, e pela recuperação dos preços das commodities após a crise econômica global de 2008. “Ruralistas” são grandes atores com posses fundiárias e seus representantes [7]. Após 2018, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro e outro processo significativo de desvalorização do Real brasileiro frente ao dólar americano (que se desvalorizou em 40% entre 2018 e 2022) [8], o desmatamento aumentou para taxas alarmantes. Em 2022, a taxa de perda florestal na Amazônia brasileira foi 150% maior do que em 2012 (Figura 1). Sob o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (conhecido como “Lula”), que começou em 1º de janeiro de 2023, o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) intensificou consideravelmente as operações de comando e controle, o que se acredita ser responsável pela queda na taxa de desmatamento na Amazônia Legal em 2023.

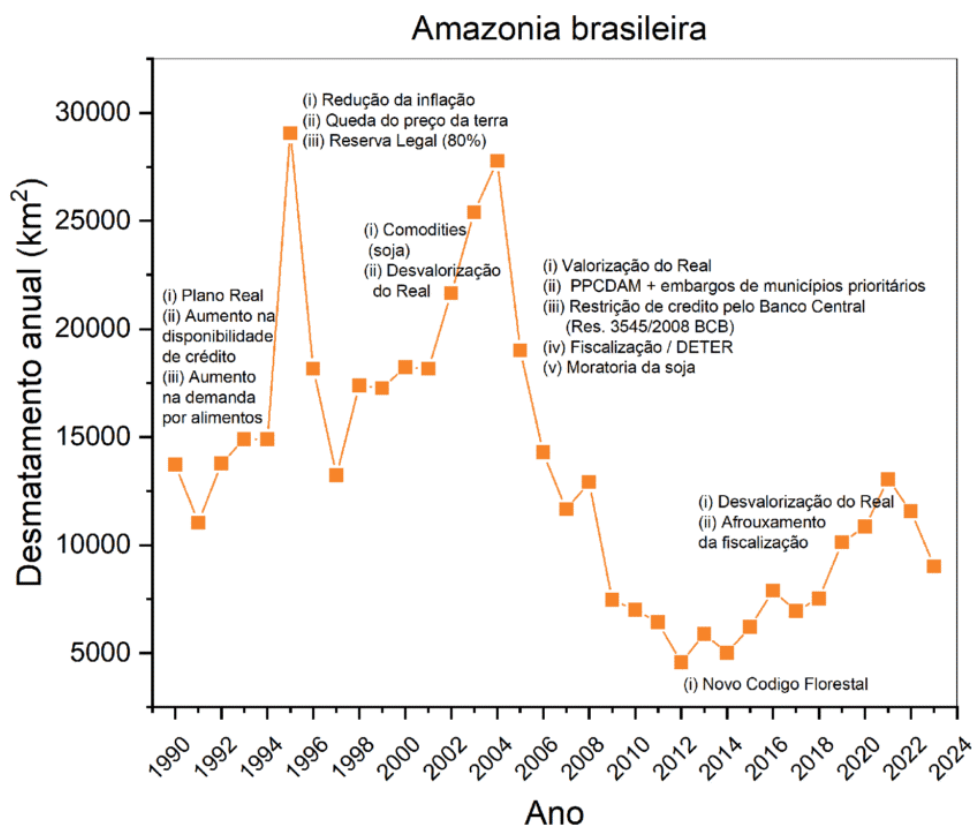


Figura 1. Desmatamento anual na Amazônia brasileira com identificação dos fatores e causas do desmatamento. Fonte: INPE [4], adaptado pelos autores. PPCDAM = Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. DETER = Detecção do Desmatamento em Tempo Real [4]. [9]

Notas

- [1] Fearnside, P.M., Leal Filho, W., (2025). [COP 30: Políticas brasileiras precisam mudar](#). *Amazônia Real*, 27 de março de 2025.
- [2] Fearnside, P.M., (2022). [Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências](#). p. 7-19. In: Fearnside, P.M. (ed.) *Destruição e Conservação da Floresta Amazônica*. Editora do INPA, Manaus. 356 p.
- [3] Rodrigues-Filho, S., Verburg, R., Bursztyrn, M., Lindoso, D., Debortoli, N., Vilhena, A.M.G., (2015). [Election-driven weakening of deforestation control in the Brazilian Amazon](#). *Land Use Policy* 43, 111–118.
- [4] INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), (2026). [PRODES — Coordenação Geral de Observação da Terra](#).
- [5] Fearnside, P.M., (2021). [O desmatamento da Amazônia](#). *Amazônia Real-Série Completa*.
- [6] West, T.A.P., Fearnside, P.M., (2021). [Brazil's conservation reform and the reduction of deforestation in Amazonia](#). *Land Use Policy* 100, art. 105072.

[7] Ferrante, L., Fearnside, P.M., (2019). [O novo presidente do Brasil e “ruralistas” ameaçam o meio ambiente, povos tradicionais da Amazônia e o clima global.](#) *Amazônia Real*, 30 de julho de 2019.

[8] IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (2023b). [Anuário Estatístico.](#)

[9] Esta série é uma tradução de: Soares, P.G., Fearnside, P.M. & Sparovek, G. 2026. [Deforestation in the Brazilian Amazon: why d](#)

Sobre os autores

Pedro Gandolfo Soares possui bacharelado em Gestão Ambiental pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP) e mestrado em Ecologia Aplicada pelo Centro de Energia Nuclear em Agricultura (CENA)/ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP. Ele trabalha com mudanças climáticas e REDD+, tendo trabalhado no Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) e em Manaus, e em diversos projetos de conservação na Amazônia.

Philip Martin Fearnside é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências e pesquisador 1A de CNPq. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 850 publicações científicas e mais de 850 textos de divulgação de sua autoria que estão disponíveis [aqui](#).

Gerd Sparovek possui graduação em Agronomia e mestrado doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade de São Paulo (USP). Ele é professor e pesquisador aposentado do Departamento de Ciência do Solo, Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, USP, Piracicaba-SP e, desde 2022, atua como Professor Sênior junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP, com estudos voltados ao suporte à decisão de governança pública, agricultura familiar, agricultura de baixo carbono, reforma agrária, mercado institucional de alimentos, crédito fundiário, assistência técnica e extensão rural, expansão de fronteira agrícola irrigada, intensificação agrícola, e o código florestal.